

MÃE TERRA OLIVENÇA: TERRITÓRIO DE NOSSA ANCESTRALIDADE SAGRADA

Katu Tupinambá

O Território que hoje chamamos de Olivença já era habitado por nossos ancestrais antes do período em que fomos forçados a conviver com os jesuitas na Aldeia Mãe, após a invasão europeia. Sabemos disso não pelos livros de história e sim pelas palavras dos anciões que mostram como nós Tupinambá já estávamos nesta região há centenas e centenas de anos.

Uma das formas de resistência que encontramos foi atacar os invasores e seus empreendimentos coloniais. Isto adiou a ocupação e a fixação de aldeamentos nessa área ao sul da Bahia. Como nos falam os mais velhos, a nossa resistência era muito grande, mesmo assim, os portugueses com o poder das armas tinham fortes interesses nas nossas terras. Isso fez com que eles usassem várias formas de violências e repressão.

Perseguiam, torturavam e matavam os que resistiam às suas imposições como a edificação do Aldeamento de Nossa Senhora da Escada. Um exemplo disto foi o Massacre do Cururupe quando Mem de Sá massacra em 1560 nossos parentes que não aceitavam a presença dos invasores.

O povoado foi formando-se segundo os padrões dos invasores. Implantaram sua escola para catequizar nossos ancestrais. Porém, nos apropriamos daquele espaço e o mantivemos como área indígena, conservando mesmo escondidos as nossas tradições. Por isso, a Aldeia Mãe, mesmo com as imposições, continuou sendo nosso território.

Em 1750 apareceu um novo comandante português chamado de Marquês de Pombal que expulsou os jesuítas do Brasil e de Olivença. Muitos dos Aldeamentos Indígenas que tinham nomes religiosos ganharam nomes de vilas de Portugal. Foi assim que o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada passou a se chamar Vila Nova de Olivença, nome de uma vila portuguesa.

A partir daí foi incentivada a mestiçagem de índios com colonos portugueses. Isso facilitou a entrada de portugueses no território das vilas não apenas para morar com os índios, mas também para negociar e ocupar nosso território. Mesmo com a presença dos portugueses continuamos a viver no espaço da vila e nas matas da região de Olivença como nosso território.

Os portugueses violentaram nossas parentes e criaram organizações familiares ocupando o espaço da Aldeia Mãe. Mesmo assim, continuamos a resistir e mantivemos nossa forma de produzir alimentos e viver. Em nossas roças produzíamos alimentos que vinham da mandioca, desde a farinha até a nossa bebida que chamamos de jiroba. Continuamos a viver da pesca, caça, nomato e catando caranguejos nos manguezais. Seguimos fazendo nosso artesanato de vários tipos.

Como nos falam os anciões, os invasores não conseguiram apagar o nosso modo de viver e continuamos nossa cultura, vivendo próximos aos rios e no interior do território, mantendo sempre ligação com Olivença. No nosso cartório em Olivença, documentos mostram que ainda nos finais do século XIX esse modelo de massacre e invasão do território se manteve, permanecendo até a atualidade.

Em 1875, os invasores determinam que as terras dos antigos Aldeamentos passassem a ter o estatuto de "terra devoluta", podendo ser transferidas da Coroa para os estados e estes emitirem titulação de propriedade a quem eles desejassem. Foi o que aconteceu com as terras de Olivença. Contudo, mais uma vez, resistimos e nos mantivemos em nossas terras tradicionais.

A década de 1930 foi novamente um tempo de forte pressão para que deixássemos nossas terras. Muitos de nossos parentes, explicam os anciões, refugiaram-se nas serras. Mas também foi a época da Revolta de Marcelino que chamou alguns parentes para lutar pelo nosso território sagrado. Na fala dos mais velhos percebemos como Marcelino lutou enfrentando a repressão policial. Ele e outros bravos parentes em sua luta conseguiram refúgio principalmente nas regiões da Serra das Trempes e da Serra do Padeiro.

A repressão foi forte contra Marcelino e nossos Parentes. Ocorreram prisões e Marcelino foi preso duas vezes, desaparecendo sem ninguém dar notícias de seu paradeiro. A Revolta de Marcelino é referência fundamental para nós Tupinambá porque foi um verdadeiro guerreiro e encantado. Segundo nossos anciões, a luta de Marcelino e nossos parentes daquela época evitou maiores invasões fundiárias até o início da década de 1940.

Puxando pela nossa memória percebemos que os brancos para apropriar-se de parte de nossas terras utilizaram da força bruta de capangas dos coronéis locais, policiais e de leis forjadas. Após o desaparecimento de Marcelino, as invasões fizeram com que o número de fazendas crescesse em nosso território, algo que aumentou mais ainda entre os anos de 1960-1970. Com isso, mais parentes se refugiaram para a região das serras e matas.

Mas nossa ancestralidade não morreu e na década de 1980 novamente reiniciamos as reivindicações por nossos direitos. Foi quando Seu Alicio e Duca Liberato foram a Brasília procurar apoio. No início da década de 1990, já há registros documentais na Fundação Nacional do Índio/FUNAI sobre a nossa existência nos arredores de Olivença e a necessidade de sermos atendidos por aquele órgão.

O primeiro relatório resultante de uma visita da Fundação Nacional do Índio à região foi em 1997 e, nele, o representante da Fundação Nacional do Índio afirmava: "após contacto e revelações do grupo meio arredio pelo pouco que são visitados, pude constatar que vivem em regime fechado e ainda conservam seus traços étnicos, legado dos primeiros povos a habitarem a região costeira da Bahia".

No ano 2000 participamos do encontro entre representantes de Povos Indígenas do Brasil em Porto Seguro. Naquela mesma ocasião participamos dos protestos em relação aos 500 anos da invasão portuguesa: "Outros Quinhentos". Foram momentos que aumentaram nossa convicção como indígenas e donos de nosso território.

Pedimos então a delimitação do nosso território tradicional à Fundação Nacional do Índio. Em 2002 e em 2003 iniciaram-se os estudos preliminares de identificação da terra indígena. A partir de então a ação agressora dos grandes fazendeiros aumentou. Sem medo aumentamos nossa mobilização e em 2006, no sentido de pressionar o Estado para a conclusão dos estudos de demarcação do nosso território, aumentamos as "retomadas" do Território, criando aldeias e fortalecendo nossa cultura.

A Caminhada em Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe é uma expressão pública de massa do povo Tupinambá de Olivença. Iniciada em 2000, no ano de 2014 completou 14 anos, celebramos os

Mártires do Rio Cururupe e revivermos a Memória de Marcelino.

No final de abril de 2009, a Fundação Nacional do Índio publicou no Diário Oficial da União a aprovação do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. O Relatório assinalava como Território Indígena Tupinambá as terras existentes entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, cujos territórios identificados seriam nossas ocupações.

Esse relatório considerou Olivença como marco referencial da área por ser o local onde edificou-se o Aldeamento Indígena e Jesuítico denominado de Nossa Senhora da Escada, hoje batizado como Aldeia Mãe pelos Tupinambás. O Relatório de Demarcação foi fruto da luta de nossos ancestrais que desde as invasões portuguesas nunca deixaram de resisitir. Por isso nossos anciões são guardiões dessa memória ancestral. O Território Indígena Tupinambá de Olivença nunca deixou de ser nossa Mãe-Terra e berço de nossa ancestralidade sagrada.

Admilson Silva Amaral - Katu Tupinambá

Prof. do Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença



Admilson Silva Amaral é do povo Tupinambá e seu nome indígena é Katu Tupinambá. Graduado em Matemática pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), licenciado em Licenciatura Educação intercultural Indígena pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA) e Mestre em Ensino e Relações Étnicas Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Tem artigos publicados em algumas revistas e sites. É diretor da Escola Estadual Indígena Tupinambá de Abaeté e trabalha com afinco pelo fortalecimento da língua Tupinambá.